

*AAVV, A Sociologia e o Ensino Secundário*, Oeiras, Celta/APS, 1999, 175 + IX páginas.

*Helena Carreiras, Fátima Freitas e Isabel Valente, Profissão Sociólogo*, Oeiras, Celta/APS, 1999, 192 + VIII páginas.

É sabido que uma das rotinas epistemológicas preferidas do sociólogo consiste nos recorrentes exercícios de reflexividade sobre a especificidade distintiva da sua disciplina e sobre as condições em que se exercem as profissões atinentes. É deste repisar sobre os passos trilhados do sociólogo na sua vida profissional que se alimentam estas duas publicações da responsabilidade da Celta e da Associação Portuguesa de Sociologia.

Desde logo, uma inquietação surge ao leitor menos familiarizado com o campo académico em causa. Se, por um lado, apesar da inevitável conflitualidade teórica e/ou ideológica que sempre atravessou a disciplina, existe um núcleo duro de fundamentos que permitem evitar a imagem de atomização/dissolução, não é menos verdade, por outro, que ao nível do mercado de trabalho se verificam inúmeras traduções em classificações e inserções profissionais muito variadas. Por outras palavras, um economista ou um geógrafo colocados numa determinada organização assumir-se-ão rapidamente como tal se o conteúdo das suas funções se adequar minimamente à representação do título que possuem. No caso do sociólogo, o título parece

estar longe de se transformar automaticamente num posto homólogo. Basta folhear *Profissão Sociólogo* para rapidamente nos apercebermos da panóplia de enquadramentos organizacionais dos autores: universidade (na dupla vertente de docência e investigação), ensino secundário, autarquias, instituições privadas de solidariedade social, agências de desenvolvimento local, programas e projectos internacionais, empresas, prisões, etc. São múltiplas as hipóteses explicativas desta situação: défice de legitimidade da profissão? Inexistência de um campo profissional autónomo? Incapacidade do mercado de trabalho, em particular dos empresários («patrões») portugueses, em tirar partido do perfil profissional do sociólogo? Ou ausência mesmo desse perfil? Flexibilidade, polivalência e imaginação profissional do sociólogo?

A publicação *Profissão Sociólogo* desperta-nos a consciência de que não há respostas «prontas a usar» para estas questões. Mas fornece-nos igualmente importantes pistas para tentarmos compor um *puzzle* explicativo.

Duarte Vilar refere com expressividade as dificuldades que sentiu em «encontrar a sociologia» aquando da sua primeira inserção profissional, facto a que não terá sido estranha alguma desadequação com origem nos currículos da sua formação académica, ao tempo demasiado rígidos em termos de orientação paradigmática. Rui Brites Silva, por seu lado, além de referir o inexistente esforço de *marketing* por parte dos responsáveis

pelo ensino superior da disciplina, assume que «é cada vez maior o número dos que fazem o que podem em detrimento dos que fazem o que querem», encorajando os licenciados a concentrarem-se prioritariamente a encontrar uma ocupação para, apenas num segundo momento, «passarem a gostar do que fazem». Questiono se este pragmático resvalar para um realismo terra a terra não conduzirá a práticas perversas que podem acarretar, em última análise, o abdicar do exercício de um núcleo fundador de competências constitutivas de uma identidade profissional. Por outras palavras, tal raciocínio, apesar de reflectir cruamente as condições objectivas de modelação de muitos percursos profissionais, advoga implicitamente uma rendição. Não quero com isto defender qualquer tipo de fundamentalismo no que se refere à definição de tipos ideais de perfis profissionais. O sociólogo, aliás, está preparado para ser um actor relacional, movendo-se com flexibilidade em vários contextos. Luís Capucha, ao falar dos vários domínios de competências do sociólogo, realça o seu papel de mediador, negociador e articulador de saberes, actores e instâncias, sem abdicar do exercício técnico-metodológico que lhe confere uma credenciação propriamente científica. Da mesma maneira, Orlando Garcia, que confessa mover-se num «terreno labiríntico e multifacetado — sempre incompletamente objectivado» —, demonstra como a sua actuação nas mais diversas modalidades de enquadramento institu-

cional e organizacional se caracteriza por um conjunto de permanências: o questionamento permanente das lógicas tecnocráticas, a aproximação crítica aos actores sociais (a empatia não significa identificação e diluição de fronteiras), o cruzamento de informação e de pontos de vista, a procura de transversalidade na pesquisa, a delimitação de «variáveis alteráveis», a formulação de projectos alternativos, etc. Sendo um sociólogo «todo-o-terreno», Orlando Garcia recusa ser um simulacro de sociólogo.

Não faltam, aliás, exemplos de transformação do horizonte profissional inicial. Duarte Vilar, a trabalhar no domínio da sexualidade e do planeamento familiar, traça-nos a evolução da sua postura profissional. Tendo partido de um conjunto de preocupações essencialmente viradas para as componentes de saúde, educação e família, este sociólogo viu-se conduzido a abordar questões simultaneamente mais exigentes e imaginativas: vivências, valores e mitos da sexualidade, conflitualidade e complementaridade entre agentes de socialização, papel do Estado e imposição de arbítrios, redefinições nos papéis sexuais tradicionais, etc. Dito de outra forma, o que este sociólogo evidencia é a procura incessante de realidades não directamente acessíveis ao olhar desprevenido ou rotineiro; a complexificação de planos de análise numa espiral teórico-empírica que conduz, paradoxalmente, não a um esoterismo *snoob*, mas sim a um olhar e a um agir que se pretendem límpidos e certos.

À semelhança do cineasta, o sociólogo não desconhece que as realidades quotidianas são construídas (o sociólogo acrescentará: *socialmente construídas*); o que observa não é natural, mas resulta de um trabalho de minuciosa montagem; a mesma *cena* esconde vários planos; nem sempre o olhar se fixa no mais relevante.

No entanto, o ofício de sociólogo depara-se com variados obstáculos. Da leitura das várias contribuições contidas em *Profissão Sociólogo* parece nítido que as resistências institucionais ocupam um lugar cimeiro: rotinas, burocracias, ideologia do «pragmatismo» (do tipo: importa é agir rápido, ainda que precipitadamente e sem acompanhamento crítico e reflexivo), receios, preconceitos. Daí a imperiosa necessidade, referida, entre outros, por Álvaro Pires Pereira, de o sociólogo saber negociar o seu lugar nas organizações: «Conquistar um lugar de sociólogo é conseguir criar a necessidade de um olhar técnico e científico sobre a realidade, demonstrando que decidir bem (com riscos controlados) implica conhecer e conhecer não é compatível com imediatismos, ao sabor das circunstâncias político-corporativas. É também saber desafiar a instituição a ser inteligente, permitindo que se crie no seu seio a capacidade de um olhar distanciado — para lá do *politicamente correcto*.»

Mas, sem dúvida, que a principal dificuldade que a sociologia portuguesa enfrenta hoje se prende com o

seu lugar subalterno, quase invisível, nas estruturas curriculares do ensino secundário. Para além de — situação que roça o escândalo — o quadro de habilitações praticamente expulsar os sociólogos da leccionação da *sua* disciplina. Desta e de outras disfunções nos fala o volume colectivo *A Sociologia e o Ensino Secundário*, passando em revista as condições do ensino pré-universitário da disciplina nas suas múltiplas dimensões: currículos, manuais escolares, experiências docentes e discentes. Merece relevo o artigo que fecha o volume, da autoria de Fernando Luís Machado, e que constitui um excelente retrato dos protagonistas da sociologia em Portugal. De acordo com os dados disponíveis na Associação Portuguesa de Sociologia, tem vindo a assistir-se a um acentuado fenómeno de rejuvenescimento, a par de uma nítida feminização. Por outro lado, verifica-se um significativo recuo relativo das profissões de docência e de investigação em instituições universitárias, fruto não só das estratégias de regulação estatal que passam pela estagnação na contratação de novos elementos, mas também de uma progressiva abertura de vários sectores da sociedade portuguesa fora da cidadela universitária. De certo modo, como afirma Fernando Luís Machado, recuperando uma hipótese de João Ferreira de Almeida, estaremos porventura a assistir aos «anos de ouro» da disciplina em Portugal, aproveitando o empurrão de uma reorientação governativa em favor de uma

maior absorção do conhecimento técnico-científico sobre as dimensões sócio-culturais do desenvolvimento e da monitorização das políticas estatais.

Discute-se ainda a ambivalência que resulta da inserção de Portugal na economia-mundo, nomeadamente a que se liga à sua condição semiperiférica ou de desenvolvimento intermédio e os seus reflexos na estruturação da comunidade científica, em particular no subcampo da sociologia. De facto, assiste-se a um curioso paradoxo. Do lado do consumo, a nossa prática científica encontra-se fortemente internacionalizada, na medida em que não se reproduzem cismas que paralisaram durante décadas algumas comunidades científicas estrangeiras (estruturalismo *versus* accionalismo; positivismo *versus* construtivismo; qualitativo *versus* quantitativo; teoria *versus* empiria; etc.) nem se verificam barreiras linguísticas assinaláveis. Do lado da produção, no entanto, é ténue a visibilidade e penosa a integração nos circuitos internacionais de discussão e divulgação científicas.

Num dos testemunhos mais marcantes de *Profissão Sociólogo*, Afonso Bivar desabafa: «Custa-me a sensação, ocasionalmente reprimida, de habitar as margens de um mundo em que a *sociologia sociológica* não é especialmente amada.» Mesmo cientistas desta amarga realidade, não podemos esquecer que aí reside, precisamente, a mais rica especificidade da sociologia e, porventura, a garantia da

sua autonomia. Não se pode considerar, aliás, que a sociologia portuguesa seja particularmente mal amada. O importante, todavia, é que continue a ser, sem hesitação, *sociologia*.

JOÃO TEIXEIRA LOPES

*Cristina Gomes da Silva*, **Escolhas Escolares, Heranças Sociais**, Oeiras, Celta Editora, 1999, 108 + XII páginas.

No panorama editorial nacional são ainda relativamente escassos os títulos dedicados ao conhecimento sociológico dos processos de escolarização que nos últimos anos têm marcado a sociedade portuguesa. Lacuna tanto mais paradoxal quanto o campo das chamadas «ciências da educação» assistiu, entre nós, a uma notável expansão nas duas últimas décadas, fazendo legitimamente prever uma homóloga procura bibliográfica. Com efeito, nos anos mais recentes verificou-se não apenas um aumento sensível do número de instituições e agentes (de ensino superior e/ou de investigação) dedicados à formação e produção científica no domínio da educação, mas também uma forte intensificação dos níveis de inteligibilidade acerca dos processos escolares requeridos pelos vários protagonistas do campo educativo — Estado, professores, encarregados de educação e público em geral.